



MURILLO DE ARAGÃO

Por Murillo de Aragão

✓ SEGUINDO

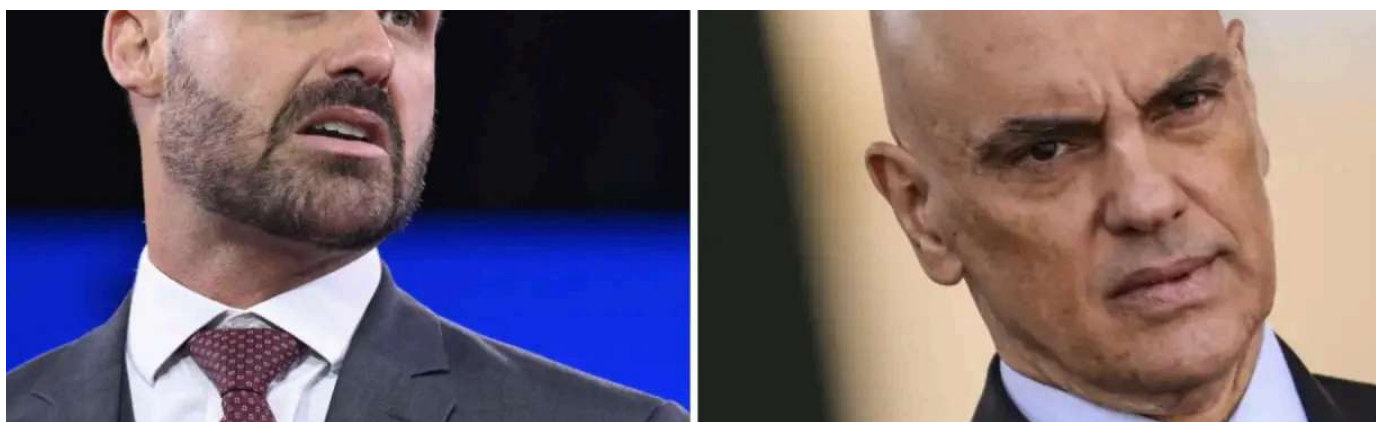
Política

Os riscos das sanções contra Alexandre de Moraes

Lei Global Magnitsky, permite ao Executivo americano sancionar indivíduos estrangeiros acusados de corrupção ou graves violações de direitos humanos

Por Murillo Aragão

Atualizado em 28 Maio 2025, 08h39 - Publicado em 27 Maio 2025, 20h56



Eduardo Bolsonaro e Alexandre de Moraes (Monstagem/Reprodução)



A possibilidade de o governo dos Estados Unidos aplicar sanções contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, com base na Lei Global Magnitsky, gerou fortes reações no Brasil e acendeu alertas em setores estratégicos da sociedade americana. Embora a medida seja juridicamente possível, politicamente ela está longe de ser um consenso no establishment norte-americano — tanto no governo quanto nas esferas corporativas e institucionais.

A Lei Global Magnitsky, aprovada em 2016, permite ao Executivo americano sancionar indivíduos estrangeiros acusados de corrupção ou graves violações de direitos humanos. As penalidades variam entre o congelamento de bens nos EUA, bloqueio de transações financeiras com entidades americanas, cassação de vistos e até a suspensão de contas e serviços digitais providos por empresas sediadas nos EUA.

No caso de [Alexandre de Moraes](#), o embasamento para a eventual aplicação da lei estaria na acusação — feita por parlamentares e setores conservadores norte-americanos — de que suas decisões no STF, especialmente envolvendo censura e combate à desinformação, violariam direitos fundamentais de liberdade de expressão. A avaliação, contudo, é controversa. Para juristas e diplomatas, trata-se de uma leitura politizada e parcial do exercício da jurisdição constitucional brasileira.

Mesmo dentro do governo americano, há divisões. Enquanto alguns congressistas republicanos, alinhados ao ex-presidente Donald Trump, pressionam pela aplicação imediata da sanção, setores do Departamento de Estado e do Tesouro demonstram cautela. Isso porque a medida poderia inaugurar um precedente arriscado de interferência direta em decisões de cortes supremas estrangeiras, ferindo princípios básicos da soberania internacional.

A preocupação com as consequências da medida vai além da diplomacia. No setor financeiro e no universo das Big Techs, o temor é de uma escalada de retaliações. Empresas como Google, Apple e Meta, que operam amplamente no Brasil, podem ser colocadas sob pressão caso o país reaja com restrições, investigações ou medidas regulatórias em resposta às sanções. Da mesma forma, bancos americanos que mantêm relações com autoridades ou

instituições brasileiras enfrentariam um cenário de insegurança jurídica e institucional.

Executivos desses setores veem com preocupação o risco de o Brasil adotar uma postura de reciprocidade. Se contas bancárias ou ativos digitais de um ministro da Suprema Corte forem bloqueados por decisão unilateral americana, nada impediria que o Brasil aplicasse medidas semelhantes contra agentes públicos dos EUA em nome da defesa da soberania. A fragilidade do ambiente internacional, marcada por tensões geopolíticas, torna qualquer escalada diplomática mais perigosa do que parece à primeira vista.

Além disso, sanções contra um ministro da mais alta corte brasileira podem gerar instabilidade interna, alimentar narrativas populistas e prejudicar o ambiente de negócios. O Brasil é um importante parceiro comercial e geoestratégico dos EUA na América Latina. Uma ruptura institucional entre os dois países interessaria mais a atores rivais — como China e Rússia — do que à estabilidade hemisférica.

Por essas razões, setores ponderados da diplomacia americana aconselham prudência. Não se trata de blindar figuras públicas, mas de respeitar os limites da jurisdição internacional e de evitar que conflitos políticos internos de um país se transformem em crises diplomáticas globais. A punição a Moraes, longe de produzir ganhos simbólicos no front político interno dos EUA, pode custar caro nos campos econômico, estratégico e institucional.

A crise em gestação é, portanto, um teste não apenas para a diplomacia brasileira, mas também para a maturidade da política externa americana. Sanções devem ser instrumentos de última instância, reservados a casos graves e incontestáveis de violação de direitos. Usá-las como ferramenta de pressão política — ainda mais contra um dos mais altos magistrados de um

país democrático — pode ser um erro com efeitos duradouros e contraproducentes.

MAIS LIDAS

- 1

Cultura

Virgínia Fonseca e Zé Felipe anunciam separação: entenda a decisão
- 2

Cultura

Virgínia Fonseca e Zé Felipe se pronunciam sobre suposta traição
- 3

Esporte

Lenda da ginástica é presa nos EUA
- 4


Agenda Verde

Além da frente fria, Inmet alerta para chuvas fortes nesta quinta: saiba em quais estados
- 5

Agenda Verde

Frente fria avança nesta quarta-feira, 28: saiba quais regiões serão mais afetadas

ALEXANDRE DE MORAES DONALD TRUMP ESTADOS UNIDOS

 Assine Abril

Veja Superinteressante

A PARTIR DE R\$ 1,99/MÊS

A PARTIR DE R\$ 9,90/MÊS

QUATRO RODAS

Veja Negócios

DIA DOS NAMORADOS

A PARTIR DE R\$ 9,90/MÊS

DIA DOS NAMORADOS

A PARTIR DE R\$ 1,99/MÊS

Você RH

Veja Saúde

DIA DOS NAMORADOS

A PARTIR DE R\$ 1,99/MÊS

DIA DOS NAMORADOS

A PARTIR DE R\$ 1,99/MÊS



BEBÊ	INSTITUTO VEJA
BOA FORMA	QUATRO RODAS
BRAVO!	SUPERINTERESSANTE
CAPRICHÔ	VEJA RIO
CASA	VEJA SÃO PAULO
CASACOR	VEJA SAÚDE
CLAUDIA	VIAGEM E TURISMO
ELÁSTICA	VOCÊ RH
ESPECIALISTAS	VOCÊ S/A
GUIA DO ESTUDANTE	

[Grupo Abril](#)

[Anuncie](#)

[Política de privacidade](#)

[Dicas de Segurança](#)

[Como desativar o AdBlock](#)

[Vendas](#)

[Atendimento ao assinante – Minha Abril](#)

QUEM SOMOS

FALE CONOSCO

TERMOS E CONDIÇÕES

TRABALHE CONOSCO

Abril Comunicações S.A., CNPJ 44.597.052/0001-62 - Todos os direitos reservados.